

REEDIÇÃO DA “MARCHA DA FAMÍLIA, COM DEUS PELA LIBERDADE” 50 ANOS DEPOIS DO GOLPE DE 1964: MANIFESTAÇÕES ANACRÔNICAS EM FAVOR DA DITADURA MILITAR NO BRASIL.

Ana Cláudia Rodrigues de Oliveira¹.
José Wilson, Assis Neves Junior²
Prof. Dr. Fábio Lanza³
Universidade Estadual de Londrina
GT2 – Sociedade, cultura e religiosidades.

Resumo: Cinquenta anos após a concretização do Golpe Militar de 1964, que implicou na imposição da Ditadura Militar no Brasil (1964-85), membros religiosos ligados a Tradição Família e Propriedade marcham em prol da aplicação de uma reedição da ação golpista, com o intuito de combater as supostas ameaças comunistas e a corrupção decorrentes do governo do Partido dos Trabalhadores. A partir da pesquisa documental nos meios de comunicação e redes sociais (impresso e *on line* - internet) e das contribuições da Análise do Discurso, as formações discursivas expressas pelos manifestantes e colaboradores foram investigadas e interpretadas e permitiram discernir, como resultado parcial, a formação ideológica manifestada pelos membros religiosos que mobilizaram a marcha da TFP em aproximadamente 200 cidades brasileiras, estando essa ideologia não só atravessada pela doutrina católica ultramontana, conservadora, como também pela inculcação do sentimento de *fé* desta parte da população brasileira para com os militares, efeito decorrente da doutrina de Segurança Nacional vigente durante o período de Ditadura Militar no Brasil.

Palavras Chave: Sociologia das Religiões; Política brasileira contemporânea; Ditadura Militar (1964-85).

Introdução

Em primeiro de abril de 1964 concretizou-se a ação militar que ficou conhecida na história brasileira como Golpe de 1964. O movimento tinha por intuito combater as supostas ameaças comunistas que floresciam no governo de João Goulart - o início das Reformas de Base e da Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Sul e a possibilidade de rompimento com a contínua e abusiva exploração do Capital hegemônico externo no Brasil – que, contrário a taxação de comunistas, é classificado, por Skidmore (1991), como um governo de caráter “nacionalista radical”.

Apesar da ilegalidade do Golpe de 1964, assim como da Ditadura Militar que se sucedeu em decorrência do acontecimento, que durou mais de duas décadas (1964-85), notou-se que:

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela UEL. E-mail: anaclaudia-oliveir@hotmail.com.

² Graduando em Ciências Sociais e bolsista CNPq pela UEL. E-mail: nevesjr1991@gmail.com.

³ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UEL e orientador. Email: lanza1975@gmail.com

As massas populares não fizeram a “baderna” temida pela direita nem saíram em defesa do governo de Goulart como esperavam as lideranças reformistas. Em abril de 1964, elas foram ainda mais uma vez o parceiro fantasma no jogo político (WEFFORT, 1980, p. 16).

O período de Ditadura Militar no Brasil (1964-85) destacou-se pela legitimação de meios violentos de combate às supostas ameaças comunistas no Brasil – aplicação de tortura, perseguições políticas, imposição da censura prévia aos meios de comunicação, imposição de eleições indiretas para os cargos executivos de chefes de Estado, abolição do direito ao *habeas corpus*, entre outras – que foram legitimadas por meio da doutrina de Segurança Nacional elaborada pelos militares da cúpula do poder.

Dessa forma os Direitos Humanos (ONU-1948) foram deixados fora da pauta e agenda do Estado pelos militares em prol da política de Segurança Nacional instituída na sociedade brasileira, que estava pautada exclusivamente na legitimação da Ditadura Militar.

Foi notável o apoio exercido por parte do clero católico brasileiro no processo de legitimação do regime ditatorial e militar no Brasil inaugurado em 1964. Papel desempenhado, segundo Wanderley (2007), pelo grupo católico liderado pelos bispos da TFP⁴ (Tradição Família e Propriedade), que estavam pautados em uma doutrina conservadora – denominada ultramontana – que tinha como intuito a restauração da doutrina cristã hierarquizada, com sede no Vaticano.

No início da última década (2010) notou-se a movimentação de instituições, públicas e privadas, em prol de trazer a tona os documentos – até então restritos ao conhecimento da população – que dizem respeito das atrocidades cometidas pelos militares em decorrência da doutrina de Segurança Nacional, dando como exemplo os arquivos provenientes do DOPS (Delegacia de Ordem Pública e Social) disponibilizados, virtualmente, pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo⁵ no ano de 2013.

Apesar do conhecimento disponibilizado ao público brasileiro – quanto a ilegalidade e a violência que representaram o período de imposição da Ditadura Militar ao Brasil (1964-85) – pode ser observada em diversas cidades do país durante os últimos dias de março de 2014 – quase

⁴ Salientamos que “o movimento *Tradição, Família e Propriedade*, defensor das orientações papais tradicionais sobre estes temas, segundo a sua interpretação particular, que se mobilizava nas ruas, usando bandeiras e passando manifestos, foi contra os comunistas em geral e contra os projetos de reforma agrária em andamento no país. Ele teve penetração em outros países e, no Brasil, teve participação ativa nas marchas prévias ao golpe militar de 1964” (LANZA, 2006, p. 47).

⁵Disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/>

cinquenta anos após o Golpe de 1964 – a movimentação de religiosos vinculados à TFP para a realização de uma marcha nacional⁶ em prol de um novo golpe militar.

A destituição do atual governo do PT (Partido dos Trabalhadores) por meio desta intervenção teria o objetivo de ceder espaço a outro governo de caráter provisório como se verifica no seguinte trecho do jornal Itabuna Urgente, em notícia publicada no dia 16 de março de 2014:

O grupo pede uma intervenção militar, para acabar com a corrupção, retirar os políticos corruptos de seus cargos, moralizar os três Poderes e convocar novas eleições para a criação de um governo “ficha limpa”. “Seria constituído um governo provisório, de três meses, e eles convocariam novas eleições, mas em urnas que não sejam fraudadas”, explicou à Folha um dos organizadores do evento, Bruno Toscano. (ITABUNA URGENTE, lauda 1).

A Marcha da Família, com Deus pela Liberdade 2 – título atribuído pelos organizadores da mobilização e divulgado nas redes sociais como nome do evento ocorrido no dia 22 de março de 2014 - teve por objetivo defender os direitos da família - dentro da conceituação católica conservadora - e da propriedade privada, assim como, combater a corrupção e o comunismo no Brasil, decorrentes, segundo os membros do movimento, do governo do PT.

Dentro desse contexto, apresentaremos o percurso metodológico bem como os resultados parciais deste trabalho – visto que se trata de uma pesquisa em andamento, tendo em vista a necessidade de acompanhar o desenvolvimento da formação ideológica posta em 1964 e reeditada de forma anacrônica por esse movimento social vinculado à TFP, como crítica às instituições democráticas brasileiras e ao governo do Partido dos Trabalhadores – indicado como expressão das ameaças comunistas.

Metodologia de Pesquisa

Ao tratarmos de um fenômeno tão complexo encontramos a necessidade de manter o constante diálogo entre passado e presente, que pode ser estabelecido por meio do levantamento bibliográfico sobre a temática nos acontecimentos passados, assim como o levantamento de fontes documentais (reportagens de jornais ou páginas virtuais) que pudessem contribuir com informações sobre os fenômenos no campo da contemporaneidade.

Com essa percepção dialética torna-se possível encontrar algumas explicações para os fenômenos da atualidade em meio aos processos histórico-políticos que se desencadearam na

⁶ Ocorrida em cerca de duzentas cidades brasileiras no dia 22 de março de 2014, de acordo com a página do evento na rede social facebook.

sociedade brasileira durante o período de Ditadura Militar (1964-85). Aprofundando essa abordagem, segundo Löwy (2009), a ideologia exposta por determinada classe, ou grupo social, é sempre histórica e socialmente construída, sendo, portanto, inseparável dos processos históricos vivenciados pela classe, ou grupo social, até o momento histórico que se visa compreender.

Ao trabalharmos com matérias de jornais contemporâneos e com depoimentos de indivíduos expostos em redes sociais e em meios de comunicação, em âmbito nacional e internacional, devemos nos atentar ao fato de estarmos manuseando dados de caráter documental classificados, por Moreira (2006), como fontes do tipo secundária⁷.

Quanto à análise das formações discursivas devemos primeiramente considerar os seguintes apontamentos:

- (1) não separar a ideologia da realidade material do signo [...];
 - (2) não dissociar o signo das formas concretas de comunicação (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada [*sic*] e que não tem existência fora desse sistema a não ser como objeto físico);
 - (3) não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infra-estrutura).
- Realizando-se no processo de relação social, todo signo ideológico, e portanto também o signo lingüístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados. (BAKHTIN, 1986, p. 44).

Pechêux nos mostra em sua análise do discurso (CESÁRIO e ALMEIDA, 2010), que as formações discursivas tendem a estar impregnadas por formações ideológicas, desta forma ao proferir um discurso o indivíduo, quase que obrigatoriamente, expõe a ideologia dominante em seu grupo, ou sociedade, em um dado contexto histórico-político.

Foram, portanto, necessários para a elaboração deste trabalho as contribuições: da Sociologia, tendo como principal expoente a Sociologia das Religiões; da Ciência Política; da análise do discurso; e da análise documental.

Ideologia e formações discursivas do passado e do presente

A ideologia que é exposta nas formações discursivas dos manifestantes vinculados a TFP, pode ser relacionada ao processo decorrente da imposição da doutrina de Segurança Nacional para com a sociedade brasileira, segundo Rezende (2001), a ambição militar era criar na sociedade

⁷ Temos que considerar ainda que uma análise documental pode “nos dizer muitas coisas sobre a maneira na qual os eventos são construídos, as justificativas empregadas assim como fornecer materiais sobre os quais basear investigações mais aprofundadas” (MAY, 2004, p. 205).

brasileira um sentimento de aceitação completa dos ideais de ordem social vinculados à cúpula do poder militar.

Tomemos em seguida um trecho do discurso elaborado em 1983 por Figueiredo – quinto presidente, eleito de forma indireta, da Ditadura Militar (1979-85) - no qual, concordando com Geisel⁸, o período de ditadura militar deveriam ser tomados:

como um acontecimento irreversível que, transformando qualitativamente a sociedade brasileira pelo alcance de sua obra extraordinária, projetaria sobre o futuro um ideário que há de inspirar muitas gerações (In: REZENDE, 2001, p. 304).

Cabe expormos nesse momento a conceituação do sentimento de *fé*, elaborada por Simmel (2011), no qual a fé ultrapassa as barreiras da religião tornando-se um sentimento indispensável para a manutenção da ordem na vida em sociedade. O sentimento de *fé* simmeliano pode, assim, estar vinculado a um indivíduo, ou grupo social, que seja responsável por desempenhar determinado papel na sociedade.

Deste modo, torna-se visível, como mostra Neves Jr (2013), o intuito da cúpula do poder militar em criar na sociedade brasileira a inculcação de um sentimento de *fé*, elaborado nos moldes da conceituação simmeliana, por parte das crenças políticas da sociedade brasileira para com os membros da cúpula do poder militar. Em outras palavras, os militares da cúpula do poder almejavam criar na população brasileira um sentimento de total confiança e dependência do Exército brasileiro, tornando-o um símbolo político social de combate à anarquia, ao terrorismo, e ao comunismo.

Tal crença no poder militar foi evidenciada na segunda edição da marcha por meio dos textos contidos nos cartazes e faixas que os manifestantes exibiam durante o ato, como mostram fotografias disponibilizadas na notícia publicada *online* pela Folha de São Paulo⁹. Dentre as frases exibidas estavam: “Fora Dilma, Fora PT, Fora Comunista”, “O governo é cúmplice do terrorismo internacional”, “Forças Armadas são nossa última chance” e “Só a verdade tortura o comunista” – demonstram as imagens.

Ademais, Gramsci (2011) nos indica que para uma classe, ou grupo social, tornar-se hegemônica necessita primeiramente impor sua ideologia como universal para a sociedade à qual almeja dominar, transformando sua ideologia em um dogma que se assemelha ao religioso.

⁸ Quarto presidente da Ditadura Militar brasileira (1974-79).

⁹ Disponível no endereço eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1429589-manifestantes-da-marcha-da-familia-entram-em-confronto-com-criticos-no-rio.shtml> - acesso em 26 de março de 2014.

Cabe neste momento expor como ilustração o discurso elaborado por uma das manifestantes da Marcha da TFP - selecionado de matéria elaborada pelo jornal Itabuna Urgente¹⁰ - quando questionada a respeito da aplicação de tortura aos perseguidos políticos por parte dos militares:

“se eles adotaram isso. Porque o pessoal que diz que foi torturado está tão gordo, tão forte, tão bonito, né? Eu vi lá na comissão [da Verdade de São Paulo], que eles não tinham uma marquinha sequer. Mas, o seguinte: era uma guerra entre o bem e o mal. Os dois mataram. Eu tenho uma lista imensa de soldados mortos pelos comunistas” (ITABUNA URGENTE, lauda 1).

Tomemos como grifo a analogia utilizada pela depoente na qual diz ter sido uma “guerra entre o bem e o mal”. Nota-se aqui a personificação do Exército, e dos militares da cúpula do poder, que são simbolizados como defensores do “bem”, no sentido religioso, enquanto os comunistas são representados por ela como personificação do mal.

Em seguida indicamos o importante papel exercido pelo clero católico, vinculado a TFP, no que diz respeito à tentativa de legitimação do regime militar para com a população brasileira¹¹. Devemos considerar que, segundo Joanino Neto, a Igreja Católica deve ser considerada como uma “instituição de central importância em nossa formação histórica e de fortíssima influência política e cultural” (JOANINO NETO, 1996, p. 6).

Desta forma encontramos o discurso elaborado por Costa e Silva (1967) – segundo presidente da Ditadura Militar, eleito de forma indireta, durante os anos de 1967 a 1969, no qual insinua que a doutrina dos militares estava pautada na doutrina social da Igreja, nas palavras do então presidente:

Recebemos com grande entusiasmo o apelo de Sua Santidade em favor do desenvolvimento integral do homem e do desenvolvimento solidário da humanidade; esses também são os nossos objetivos, convictos que estamos de que o desenvolvimento é o novo nome da paz (In: SOUZA, 2009, p. 4).

Ao apoiar a ditadura militar e participar do processo de legitimação do mesmo, o clero católico, ligado a TFP, manteve sua característica de Aparelho Ideológico de Estado¹², a partir do conceito gramsciano. Devemos salientar que por ter sede no Vaticano – estando, portanto, vinculado à condição de Aparelho Ideológico de Estado, de caráter capitalista em modelo

¹⁰ Disponível no endereço eletrônico: <http://itabunaurgente.com/grupo-convoca-reedicao-da-marcha-anticomunistaq-ocorrida-em-1964/> - acesso em 20 de março de 2014.

¹¹ É necessário, porém, salientarmos a existência de uma parcela do clero católico que se posicionou como contestadora da legalidade da Ditadura Militar no Brasil. Para mais informações ver Neves Jr (2013), Lanza (2006) e Wanderley (2007).

¹² Vide Portelli (1984).

internacional – não precisa necessariamente exercer sua função em legitimar um governo vigente no país em que esta atuando.

Dessa maneira o clero católico brasileiro, vinculado a TFP, pode posicionar-se como questionadora do governo do PT, ao passo em que ele não corresponder ao modelo de Estado capitalista defendido pelos membros da TFP, do mesmo modo que o clero católico, vinculado a Teologia da Libertação, pode manter sua característica de Aparelho Ideológico de Estado ao questionar o caráter ditatorial do regime militar durante as duas décadas em que o mesmo foi imposto à sociedade brasileira¹³ sem questionar o ordenamento capitalista mundial.

Assim como o discurso anticomunista - elaborado por militares, burgueses e por católicos ligados a TFP - justificou o Golpe de 1964, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” têm como intuito combater a ameaça “iminente” de um golpe de Estado, de caráter comunista, por parte do governo vigente, e, assim como em 1964, o intuito é a imposição de um governo provisório que possibilite a restauração da democracia na sociedade Brasileira.

As movimentações, ocorridas em 22 de março de 2014, não conseguiram alcançar um grande número de adeptos, de acordo com as estimativas informadas pelos jornais eletrônicos Carta Maior¹⁴, Brasil 247¹⁵, Jornal de Londrina¹⁶ e Jornal de Santa Catarina¹⁷: as regiões com maior número de participantes foram o centro de São Paulo, com cerca de 700 pessoas; o centro do Rio de Janeiro, onde 150 se reuniram; Belo Horizonte, com aproximadamente 50 pessoas; e Blumenau, também com 50 participantes.

Em Curitiba e no Recife a contagem indicou 30 manifestantes em cada cidade; em Belém compareceram cerca 20 pessoas; já em Brasília a marcha contou com apenas 12 manifestantes. Nas outras cidades os grupos tinham composição inferior a 10 participantes, sendo que o menor deles foi

¹³ Vide Neves Jr (2013).

¹⁴ Disponível no endereço eletrônico:

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Marcha-pela-Familia-fracassa-em-Brasilia-e-outras-cidades/4/30539> - acesso em 20 de março de 2014.

¹⁵ Disponível no endereço eletrônico:

<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/134113/Marchas-da-Fam%C3%ADlia-viram-fiasco-em-todo-o-Pa%C3%ADs.html> - acesso em 20 de março de 2014.

¹⁶ Disponível no endereço eletrônico:

<http://www.jornaldelondrina.com.br/brasil/conteudo.phtml?tl=1&id=1456366&tit=nova-versao-da-marcha-da-familia-com-deus-reune-poucas-pessoas> - acesso em 20 de março de 2014.

¹⁷ Disponível no endereço eletrônico:

<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/politica-e-economia/noticia/2014/03/marcha-pela-familia-reune-cerca-de-50-pessoas-em-blumenau-4454199.html> - acesso em 20 de março de 2014.

o de Florianópolis, onde apenas 3 se reuniram. Estima-se que a soma de participantes das 200 cidades brasileiras onde a reedição da marcha aconteceu seja de aproximadamente duas mil pessoas.

Apesar dos discursos em prol da segurança e da paz social apresentados na página do movimento na rede social Facebook¹⁸, foram constatadas agressões por parte dos membros do movimento da Tradição Família e Propriedade para com indivíduos participantes de uma marcha anti-militar, quando as duas se encontraram na cidade de São Paulo¹⁹.

Considerações Finais

Quase trinta anos após a abertura política brasileira (1985) os mecanismos utilizados pela Ditadura Militar no Brasil (1964-85) como estratégias de validação das pretensões de legitimidade do regime instituído pela cúpula do poder militar ainda apresentam os seus efeitos na vida política da população brasileira. A tentativa recente de reorganização da marcha ocorrida 50 anos atrás pode ser interpretada como manifestação de tais efeitos.

Nota-se que há demonstrações de insatisfação política dos grupos participantes da marcha, que buscam seus argumentos em temas como corrupção, mau funcionamento de instituições estatais e má administração da verba pública para justificar a intervenção militar que requerem. Entre informações veiculadas nas comunidades da marcha nas redes sociais é possível perceber um descontentamento dos membros com o aumento de gastos sociais do governo atual.

Os discursos favoráveis a uma nova intervenção militar no Brasil selecionados para este trabalho evidenciam conexões entre passado e presente, demonstram o alcance dos aparelhos ideológicos estatais utilizados no período ditatorial e a ampla aceitação dos ideais propagados durante o regime militar.

Outro elemento verificado foi o da inculcação do sentimento de *fé* (no conceito simmeliano) identificado nos conteúdos produzidos e divulgados pelos grupos que estão organizando a marcha, que por sua vez esta vinculada ao clero representante da Tradição Família e Propriedade. O imaginário religioso se revela nas declarações, nas quais analogias entre “o bem o mal” foram identificadas, bem como definições específicas da moral cristã para conceitos como o de família, conservadorismo e liberdade.

¹⁸ Disponível no endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/MarchandoPelaLiberdade?ref=ts&fref=ts> - acesso em 20 de março de 2014.

¹⁹ Informações recolhidas no site: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/marcha-da-familia-no-rio-tem-briga-entre-grupos-pro-e-contra-intervencao> - acesso em 20 de março de 2014.

Aponta-se também a importância das redes sociais na criação de espaços novos na esfera pública. Elas têm desempenhado o papel de instrumento central de organização de mobilizações sociais, marchas e manifestações nos últimos anos, facilitando a comunicação entre grupos que se identificam politicamente.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 13^o ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

CESÁRIO, Ana C. e ALMEIDA, Ana M. *Discurso e ideologia: reflexões no campo do Marxismo estrutural*. Actia Scientiarum, Human and Social Sciences, Maringá, v. 32 n. 1 páginas 1-8.

GRAMSCI, Antônio, *Cadernos do Cárcere, volume 1*. 5^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

JOANONI NETO, Vitale. *Estudos sobre a Comunidade Católica da Imaculada Conceição: uma experiência de organização popular em Bauru*. 1996. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Unesp, Franca.

LANZA, Fábio. *Matrizes Ideológicas dos Arcebispos Paulistanos (1956-85): Um olhar sob o prisma do semanário O São Paulo*. 2006. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen*, 9^o ed. Cortez Editora, São Paulo, 2009.

MAGALHÃES, Marionilde D. B. *A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos no Brasil*. Rev. bras. Hist. vol. 17 n. 34 São Paulo 1997.

MAY, Tim. *Pesquisa Social: questões métodos e processos*, 3^o ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOREIRA, Sonia Virginia, *Análise documental como método e como técnica*. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Editora Atlas, 2006, p. 269-279.

NEVES JR, José W. A. *Os bastidores da ditadura militar no Brasil (1964-85): dos documentos do DEOPS às matérias vetadas do semanário O São Paulo*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a Questão Religiosa*. São Paulo: Editora Paulinas, 1984.

REZENDE, Maria J. *A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Editora UEL, 2001.

SIMMEL, Georg. *Religião: ensaios volume 2/2*. São Paulo: Olho d'Água, 2011.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

WANDERLEY, Luiz E. W. *Democracia e Igreja Popular*. São Paulo: EDUC, 2007.

Fontes documentais/eletrônicas

EBC. *Marcha da Família tem confronto entre grupos pró e contra intervenção militar*. Disponível no endereço eletrônico:

<http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2014-03/marcha-da-familia-no-rio-tem-briga-entre-grupos-pro-e-contra-intervencao>

FACEBOOK. *Marcha Família com Deus pela Liberdade*. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/MarchandoPelaLiberdade?ref=ts&fref=ts> (Acessado em 25/03/2014, as 19h33min).

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manifestantes da Marcha da Família entram em confronto com críticos no Rio*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1429589-manifestantes-da-marcha-da-familia-entram-em-confronto-com-criticos-no-rio.shtml>. (Acessado em 06/04/2014 as 21h46min).

ITABUNA URGENTE. *Grupo convoca reedição da marcha anticomunista ocorrida em 1964*. Disponível no site: <http://itabunaurgente.com/grupo-convoca-reedicao-da-marcha-anticomunista-ocorrida-em-1964/> (Acessado em 20/03/2014 as 16h33min).

SOUZA, Ney de. *Entre a contestação e a convivência: Censura ao jornal O São Paulo durante o regime militar (1964-1985)*. Artigo apresentado em Fortaleza: XXV Simpósio Nacional de História, 2009.